

As raízes da semântica e a semântica das raízes: notas sobre “conteúdo semântico” em Morfologia

Maurício Resende*

Resumo

Este artigo discute, de maneira panorâmica, qual tem sido a agenda de fenômenos linguísticos subjacentes à interface entre Morfologia e Semântica e como ela tem se constituído e se desenvolvido nas diferentes visões de Morfologia, desde o Estruturalismo até versões lexicalistas e não lexicalistas da Linguística Gerativa. Como argumenta este artigo, a pauta de fenômenos que podem ser chamados de “morfos-semânticos” emerge como uma espécie de reação a algumas assunções alinhavadas no próprio Estruturalismo e, com o advento da Teoria Gerativa, ganha uma modelagem biopsicologizante, sobretudo em termos do que tem sido chamado de “competência lexical”. Ao final, este trabalho mostra como o tipo de visão de morfologia (de morfema ou de palavra) pode dar vazão à “descoberta” de diferentes fenômenos bem como de diferentes reanálises.

Palavras-chave: Morfologia; Semântica; Estruturalismo; Teoria Gerativa

Abstract

This paper briefly discusses what has been the agenda of linguistic phenomena underlying the interplay between Morphology and Semantics and how it has emerged and been developed in the different views of Morphology, from Structuralism to both lexicalist and non-lexicalist models of grammar in Generative Linguistics. As this paper argues, the agenda of phenomena one could call “morphosemantic” emerges as a kind of reaction to some assumptions couched in Structuralism itself and, by the rise of Generative Theory, it is given a biopsychologizing modeling, mostly as regards what has been called “lexical competence”. By the end of the day, the present work shows how the kind of approach to Morphology (morpheme-based or lexeme/word-based) can give rise to the “discovery” of different phenomena as well as different reanalyses.

Keywords: Morphology; Semantics; Structuralism; Generative Theory

*Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. E-mail: mauricio.s.resende@gmail.com.

Gostaria de agradecer ao Alessandro Boechat de Medeiros e, ainda, à equipe editorial do Caderno de *Squibs* pela leitura atenta do manuscrito deste artigo bem como por todas as sugestões e comentários que ajudaram a levar este texto à sua versão final. Um agradecimento especial também à Ana Paula Scher e aos membros do Grupo de Estudos de Morfologia Distribuída (GREMD) da USP a quem eu apresentei, pela primeira vez, algumas das ideias desenvolvidas neste trabalho. Todos os erros são meus.

1 Introdução

O interesse pelas palavras, pela forma como elas são estruturadas e pelas propriedades que elas exibem, dentro de uma língua ou comparando-se diferentes línguas, é bastante antigo e remete às primeiras reflexões linguísticas da História, na Antiguidade, tanto no Ocidente quanto no Oriente. Também o desenvolvimento da emergente área da Linguística nos séculos XVIII e XIX ajudou a refinar — bem como a formular — muitas das questões que atualmente se associam ao campo da Morfologia. Nesse contexto, o ponto de partida da presente discussão é o Estruturalismo linguístico e, ainda que muito da teorização desse modelo resulte do desenvolvimento de ideias formuladas dentro de abordagens anteriores, pode-se admitir que a abstração necessária para se chegar a alguma teorização sobre o conteúdo semântico dos morfemas é fruto da Linguística moderna.

Tradicionalmente, os *morfemas* são concebidos como as menores unidades da língua portadoras de significado. Essa concepção, calcada no Estruturalismo, assume uma associação entre forma e significado, que é constitutiva das unidades da morfologia. No entanto, violações dessa associação não são raras nas línguas, e podem-se enumerar diversos casos de associação entre um mesmo significado e mais de uma forma (*alomorfia*), como *vida* e *vital*, em que se associa o mesmo conteúdo semântico a duas formas, √VID e √VIT, ou de associação entre uma mesma forma e mais de um significado (*polissemia*), como no caso de *des-*, que é tanto prefixo de negação, como em *desonesto* e *desumano*, quanto um prefixo que indica a reversão de um estado resultante, como em *desmontar* e *desconstruir*.

Quanto ao tipo de significado, tradicionalmente se estabelece a distinção entre *morfemas lexicais*, que expressam o significado-base da palavra, e *morfemas gramaticais*, que expressam noções funcionais. Assim, em *sofás*, a raiz √SOFÁ carrega o significado-base da palavra (“assento estofado com braços e encosto para duas ou mais pessoas”), enquanto o morfema *-s* veicula a noção gramatical de pluralidade. Outra noção semântica, emergente no Estruturalismo, tem a ver com o reconhecimento da arbitrariedade do signo, qual seja: a associação entre a *imagem acústica* (*significante*) e o *conceito* (*significado*) é não motivada; ou seja, é arbitrária, por exemplo, a relação entre o conceito mental de *cão* e sua imagem acústica, seja em [kẽw], seja em algum de seus correlatos em espanhol (*perro*), francês (*chien*), inglês (*dog*), alemão (*Hund*) etc.

De todo modo, para além do reconhecimento do “conteúdo semântico” como parte constitutiva das unidades mínimas da morfologia, não houve no Estruturalismo uma teorização, nem mesmo uma sistematização, direcionada acerca do que constituiria o conteúdo semântico dos morfemas, visto que as grandes preocupações do Estruturalismo (sobretudo norte-americano) se centravam nas regras de combinação de morfemas e na *alomorfia*.¹

Nesse sentido, diferentemente das interfaces com a sintaxe e com a fonologia, que já têm agendas relativamente bem estabelecidas na literatura, a interface entre morfologia e semântica tem uma pauta muito menos desenvolvida — e, em alguns casos, menos óbvia. Isso pode ser resultado do desenvolvimento mais antigo dos domínios morfofonológicos e morfossintáticos, já no Estruturalismo, em relação ao domínio morfoss-

¹Cf. Anderson (2018) para uma retrospectiva e para referências.

mântico — instanciado mais recentemente, posteriormente ao advento da Linguística Gerativa (LG).²

Diante desse cenário, argumentarei a seguir que a agenda de fenômenos que se poderiam chamar de “morfossemânticos” é, em parte, construída — ainda que não teoricamente desenvolvida — dentro do próprio arcabouço estruturalista e, em parte, formulada e desenvolvida dentro da LG. Especificamente, como será argumentado no decorrer deste artigo, o tipo de relação entre morfologia e semântica que pode ser depreendido depende tanto da concepção de semântica adotada (ou seja, é possível distinguir entre tipos de significado?) quanto do tipo de unidade morfológica escolhida (palavra, morfema, traço etc.). Nesse sentido, o presente artigo visa apresentar algumas noções que envolvem o “conteúdo semântico” dos morfemas nos modelos estruturalista e da LG, em suas versões lexicalista e não lexicalista, com vistas a desenvolver, do ponto de vista metateórico e empírico, uma agenda de fenômenos morfossemânticos.

No bojo dessas considerações, este artigo tem o objetivo de apresentar, de forma panorâmica e introdutória, algumas questões empíricas, teóricas e metodológicas que emergem do reconhecimento de problemas que envolvem a faceta do significado dentro do campo da Morfologia. Para tanto, o presente trabalho está dividido da seguinte forma: na seção 2, eu vou discutir alguns problemas empíricos que emergem da noção da arbitrariedade do signo, da distinção entre significado lexical e gramatical, e da assunção da relação unívoca entre forma e significado — emergentes no Estruturalismo — e argumentar que a abordagem do significado dentro da Morfologia surge como resposta a algumas das análises e questões colocadas por aquele modelo teórico.

Na seção 3, eu vou discutir alguns tópicos que passam a compor a “agenda morfossemântica” em razão da visão de gramática emergente na LG e das primeiras modelagens de léxico. Finalmente, na seção 4, eu vou tecer alguns comentários acerca do tipo de questão que os tipos de significado têm colocado para arquitetura da gramática no que tange ao tratamento de fenômenos morfológicos; em particular, em modelos não lexicalistas. Em resumo, o que proponho neste artigo é a apresentação de uma série de fenômenos descritivamente modelados na interface entre morfologia e semântica, discutindo alguns de seus problemas e alguns caminhos de análise.

2 O signo linguístico

Como recém-mencionado, apesar de pouco explorado no quadro estruturalista, o conteúdo semântico de um morfema foi admitido como sua parte constitutiva e, portanto, como parte relevante da sua natureza. Nesse sentido, parte da agenda de fenômenos morfossemânticos surge como resposta a algumas noções aventadas no Estruturalismo a respeito dessas primeiras caracterizações, quais sejam: arbitrariedade do signo, distinção entre morfemas lexicais e gramaticais, e associação unívoca entre significante e significado.

²Cf. Acquaviva (2016) para um panorama e referências.

2.1 A arbitrariedade do signo

É justo mencionar que a discussão acerca da arbitrariedade do signo, pelo menos do ponto de vista filosófico, é muito anterior a Saussure e remete ao debate *natureza versus convenção*, empreendido pelos filósofos gregos na Antiguidade (cf. Camara Jr., 1986). Linguisticamente, abstraindo-se de sua dimensão filosófica, a questão versa sobre a concepção de que alguns itens da língua estabelecem uma relação “natural” (isto é, motivada) com a forma que os veicula, exemplificados, por exemplo, pelas então chamadas “palavras imitativas”, tais como *ruido*, *chiado*, *líquido*, *engolir*, cuja constituição sonora “imitaria” do ponto de vista acústico (no caso dos três primeiros exemplos) ou articulatório (no caso do último) seus referentes no mundo (*simbolismo fonético*).

Na mesma toada, o caso prototípico da relação não arbitrária entre forma e significado é o das onomatopeias, que são formas que expressam uma tentativa de reprodução aproximada dos sons do mundo, sobretudo provenientes de animais, como *miar/miado* (de “miau”, o som emitido pelos gatos), *piar/piado* (de “piu-piu”, o som emitido pelas aves) etc., mas também *tilintar* (para sinos, moedas etc.), *blim-blom* (para campainha), *trim* (para toque de telefone), entre outros.³

De todo modo, ainda que esse tipo de expressão seja amplamente atestado, é fato que a constituição desses elementos é residual nas línguas e está longe de ser um mecanismo geral de derivação de formas linguísticas. Ainda assim, a arbitrariedade do signo linguístico se coloca como conceito central no Estruturalismo, e o reconhecimento dessa (falta de) arbitrariedade fez emergirem outras questões na Linguística contemporânea.

A primeira delas aparece discutida em Downing e Stiebles (2012) e se relaciona com o que as autoras chamam de “iconicidade”, isto é, tipos de relação motivada não apenas no domínio lexical (como as onomatopeias e as palavras imitativas), mas também no domínio gramatical. Um caso interessante é o da *iconicidade diagramática*, em que a ordenação dos elementos linguísticos reflete a ordenação de eventos no mundo, como exemplificado em (1).

- (1) a. O padre saiu e morreu.
- b. ??O padre morreu e saiu.

Do ponto de vista semântico, (1a) e (1b) têm as mesmas condições de verdade, e a contribuição do significado verifuncional é a mesma. Isso quer dizer que, para uma certa modelagem semântica, as duas sentenças são igualmente bem formadas, e a estranheza de (1b) adviria, então, de algum elemento pragmático. Porém, como quer que as teorias de semântica/pragmática expliquem esse contraste, é possível concluir que, empiricamente, há um certo grau de iconicidade na interpretação da ordem dos elementos, qual seja: o evento de sair é interpretado como precedendo o evento de morrer, porque esta é a forma como eles são apresentados na cadeia sintática/fonética — o que configuraria um tipo de motivação diagramática.

Um outro tipo de interpretação motivada é o da *iconicidade estrutural*, que alveja particularmente alguns processos de formação de palavras, como a reduplicação. Como

³Vale notar, no entanto, que essa reprodução aproximada está sujeita ao *filtro perceptual* do falante, condicionado por sua língua materna, já que as línguas dispõem de onomatopeias diferentes para o mesmo som. Um exemplo clássico é o daquele que tenta reproduzir o som do latido dos cães, a saber, *au-au* (português), *wuff-wuff* (alemão), *wang-wang* (chinês), *ruff-ruff* (inglês), *gav-gav* (russo) etc.

assumem Downing e Stiebles (2012, p. 394, tradução minha), “mais da mesma forma equivale a mais do mesmo significado”. Considerando-se exemplos do português, o processo da reduplicação pode disparar um significado iterativo, quando da reduplicação de bases, como em (2), ou um significado de intensidade, quando se trata da reduplicação silábica ou do alongamento de vogais, como em (3). Portanto, nesses casos, o tipo de materialização física dos elementos aparece refletida na construção do seu significado, nesse exemplo, gramatical.

(2) pisca-pisca, empurra-empurra, mexe-mexe, bate-bate, pula-pula

(3) a. não ~ nãñninanão
b. nunca ~ nuuuunca

Abordando questões semelhantes àquelas da iconicidade, Resende e Silva (2022) discutem brevemente a natureza constitutiva das interjeições primárias⁴ no que tange ao seu estatuto morfológico. Para esses autores, interjeições como *ai*, *ui*, *ixi* e *eita* são efetivamente palavras da língua, como quaisquer outras, e são derivadas por aquilo que os autores chamam de “raízes onomatopaicas”, como \sqrt{AI} , \sqrt{UI} etc. Para Resende e Silva, assim como a raiz \sqrt{MI} , que deriva o verbo *miar* e o nome *miado*, tem uma origem onomatopaica, a raiz \sqrt{OBA} deriva a interjeição *oba* e o nome *oba-oba*, e a raiz \sqrt{PI} deriva o verbo *piar* e o nome *pio* (*não quero ouvir nem mais um pio!*) e assim por diante.

Conforme o raciocínio dos autores, o questionamento subjacente à formação de novas interjeições não se refere a determinar, por exemplo, se *eca* e *eita* são palavras da língua (porque, para os autores, elas o são), mas sim a compreender como elementos não linguísticos (como sons “externos”) se “gramaticalizam” no sentido de se tornarem elementos com realidade interna dentro da língua (nesse caso, raízes) e, como tais, receberem uma representação abstrata como qualquer outro item linguístico. Exemplos desse caso são as vocalizações catárticas, como *ai*, *ui* etc., ou a articulação ingressiva em *uh!*, que reproduz a perda da respiração resultante de um susto ou de uma surpresa. Nesse sentido, a discussão sobre a emergência de novas formas linguísticas se ampara no reconhecimento do caráter *motivado* da relação entre forma e significado em alguns casos.

Em síntese, a concepção da arbitrariedade do signo linguístico dá vazão a diversas questões — e lança luz sobre diversos fenômenos empíricos — que têm a ver com a emergência de formas linguísticas motivadas (por exemplo, raízes no domínio lexical), mas também de processos de formação de palavras e de organização estrutural (isto é, recursos gramaticais).

2.2 A distinção lexical versus gramatical

A distinção entre os significados lexical e gramatical é, interessantemente, bem menos clara do ponto de vista do significado do que do ponto de vista formal. Na distinção tradicional, o significado lexical é o conteúdo semântico das raízes (como quer que ele

⁴Seguindo Ameka (1992), os autores assumem uma distinção entre *interjeições primárias*, que são elementos da língua unicamente interjectivos, e *interjeições secundárias*, que são itens ou expressões oriundos de outras classes/funções gramaticais, mas que podem ser usados como interjeição (*cruzes*, *meu Deus* etc.).

seja definido), e o significado gramatical é o conteúdo semântico funcional. Morfologicamente, essa diferença é relevante para a distinção entre composição e derivação, tanto no caso de formas presas quanto no de formas livres/dependentes. Para lidar com essa distinção, Rocha (2008, p. 148-152), por exemplo, defende que o significado lexical é aquele que tem realidade externa fora da língua, ao passo que o gramatical não (ou seja, tem um significado apenas dentro do sistema).

Esse critério, de base semântica, é bastante adequado para lidar com uma série de casos, sobretudo quanto à diferença entre prefixos e bases presas. Nessa visão, *bio-* em *bioético* é uma base presa, pois tem um significado extensional (“vida”), mas *anti-* em *antiético* é um prefixo, porque tem um significado gramatical (“contrariedade”). Mas o que dizer, então, de itens como *di-* (*dissílabo*), *bi-* (*bissexual*), *tri-* (*trianual*) e *tetra-* (*tetracampeão*)? Esses morfemas, que denotam cardinalidades, teriam um significado extensional ou funcional? A resposta depende do que se assume que os numerais significam e de como se interpretam ontologicamente os elementos numéricos.

O mesmo problema perpassa alguns casos de composição com formas livres, como em *sobreviver* e *compartilhar*, em que os itens anexados às bases verbais, *sobre-* e *com-*, também aparecem como formas livres/dependentes: as preposições *sobre* e *com*. A posição de Rocha sobre esses casos é a de que se trata de formas dependentes que configuram uma situação de homofonia; para Rocha (2008, p. 149), “entradas lexicais diferentes” e “[...] verbetes separados”.

Seja como for, esta é uma solução de base teórica e não empírica; isto é, sua análise parece se pautar em mecanismos da própria teoria assumida por Rocha e não em testes ou propriedades desses elementos. Desse modo, o problema da determinação do (tipo de) conteúdo semântico se mantém: *contra-* em *contradizer* e *contra-atacar* tem um significado diferente daquele da preposição *contra* (*não tenho nada contra você*), do nome *contra* (*ponderar os pros e os contras*), do adjetivo *contrário* e da locução adjetival *do contra* (*Pedro é sempre do contra*)?

Se admitirmos que os elementos morfológicos adjungidos são bases, teríamos que admitir que raízes também podem carregar um significado gramatical (o significado de *contra* tem uma noção funcional); porém, se admitirmos que esses elementos são prefixos, teríamos que admitir que o critério semântico mobilizado por Rocha não é necessário nem suficiente para distinguir entre os dois tipos de significado, em relação às unidades da morfologia.⁵

Em resumo, a distinção entre os tipos de significado que classificaria os morfemas se baseia mais nos tipos de morfema e menos no tipo de significado, o que pode levar a problemas metodológicos bem como a impasses na descrição empírica. Nesse sentido, o problema clássico da distinção entre derivação e composição permanece em aberto, e a solução depende daquilo que se considera que seja lexical/gramatical bem como da visão de morfologia que permite (ou não) certos tipos de interação entre propriedades distintas. Muitas dessas questões aguardam pesquisas futuras.

⁵Para além dos casos limítrofes que podem ser observados de uma perspectiva “mais estática” da língua, há casos limítrofes que emergem da observação da dinâmica da variação e mudança linguísticas, a saber, palavras complexas que originalmente são casos de composição, mas que, ao longo do tempo, ou passam a ser concebidas como instâncias de afixação ou dão vazão a um novo padrão de formação; casos clássicos são os de *-mente*, *auto-*, *homo-* etc. — cf. Gonçalves (2016) para discussão. Para alguns autores, esses casos transitórios são chamados de “semiafixos” ou “afixoides”.

2.3 A associação unívoca entre som e significado

Indubitavelmente, a assunção estruturalista mais importante para a constituição da interface entre morfologia e semântica versa sobre a violação da relação unívoca entre significado e forma. Do lado do significante, casos de alomorfia (*dizer/digo*) e supleção (*ir/vai*) já foram amplamente estudados e compunham o principal fenômeno da agenda da Fonêmica; portanto, eles não serão explorados neste trabalho⁶.

Do lado do significado, o reconhecimento da violação da relação unívoca e indissociável entre as duas partes do signo linguístico, ainda que instanciada no Estruturalismo, foi bem menos explorada, sendo Lieber (2004) o primeiro trabalho sistemático e teoricamente modelado dessa questão. Via de regra, o fato de uma mesma forma possuir mais de um significado *não relacionado*, configurando uma instância de *homofonia*, não constitui um problema para as teorias morfológicas, pois pode se tratar de uma *homofonia acidental*⁷; notadamente, consequência de algum processo diacrônico que culminou na coincidência sincrônica entre duas formas, que constituem sincronicamente morfemas diferentes, como em *in-* (“negação”) versus *in-* (“movimento para dentro”). Exemplos do primeiro caso são *intolerante* e *indelicado* e do segundo, *interno* (cf. *externo*) e *induzir* (cf. *reduzir*).

Todavia, há efetivamente casos de violação da univocidade entre forma e significado no domínio dos morfemas, tais como na *polissemia*⁸ (ou *homonímia* — cf. nota 7). No domínio prefixal, um caso de prefixo polissêmico, adicionalmente ao de *des-* mencionado na seção 1, é o de *re-*, que pode disparar várias leituras contradirecionais, a saber, responsiva (*recíproco*), restitutiva (*reaver*), retrógrada (*regressivo*), retornativa (*recolocar*), repetitiva (*reencontrar*) e de retaguarda (*recuar*).⁹

O que configura a polissemia nesses casos é o fato de o mesmo morfema receber diferentes interpretações, mas *relacionadas*. Por exemplo, ao passo que *regressão* envolve a reversão da trajetória no espaço, *responder* envolve a reversão da trajetória dos papéis temáticos no domínio dos eventos: se Maria enviou uma mensagem a João, e João respondeu Maria, então no primeiro evento, Maria é agente, e João é alvo e, no segundo evento, a relação se inverte. Sob a mesma ótica, se João reouve o dinheiro, então o estado alvo do dinheiro (= estar na posse de João) foi restituído, o que sinaliza uma reversão na trajetória do “estado de posse”.

A questão de se todos os significados contradirecionais do prefixo *re-* podem ser derivados de um único significado (mais abstrato ou mais primitivo) permanece em aberto; seja como for, empiricamente observa-se que esses sentidos estão relacionados ao mesmo morfema mesmo em palavras não (mais) facilmente decomponíveis na sincronia, tais

⁶Mas cf. Embick e Schwayder (2018) para um panorama e discussão.

⁷Eu estou empregando o termo “homofonia”, seguindo Rocha (2008), como alternativa ao termo “homonímia”, não raramente utilizado nesse mesmo contexto. Como argumenta esse autor, “estamos preferindo, neste caso, empregar o termo homofonia ao termo homonímia, por uma questão de clareza terminológica; homonímia, apesar de ser consagrado, apresenta os termos constitutivos que significam homo (o mesmo) + onim (nome) + ia (sufixo)” (p. 68); isto é, tal termo assume que se está diante do mesmo nome (como ocorre na polissemia). O que eu estou tratando como “homofonia acidental” assume que se está diante de nomes — ou, nesse caso, de morfemas — diferentes.

⁸Cf. Valera (2020) para uma discussão detalhada e referências.

⁹Cf. Zwarts e Basso (2016) para a semântica dos contradirecionais, Medeiros (2010) para discussão sobre o prefixo *des-* e Medeiros (2012) para análise do prefixo *re-*.

como *retrógrado*, *recíproco* etc. Um comportamento morfossemântico semelhante pode ser observado no prefixo *pré-*, que indica anterioridade tanto no domínio temporal (*cur-sinho pré-vestibular*) quanto espacial (*dente pré-molar*).¹⁰

No domínio sufixal, um caso já bastante conhecido é o da polissemia entre sufixos formadores de nomes agentivos e de nomes de instrumento, que ocorre inclusive com as mesmas bases verbais. Por exemplo, *cortador de grama* pode se referir tanto à máquina utilizada para cortar grama quanto a um profissional que exerce essa função/profissão; o mesmo ocorre com *abridor de garrafa*, *limpador de piscina* etc. Desconsiderando-se a questão metodológica de se o significado instrumental deriva do significado agentivo da palavra, morfologicamente, *-dor* pode ser caracterizado como um sufixo que se anexa a bases verbais para formar nomes de agente e/ou de instrumento, configurando, assim, uma instância de polissemia.

Ainda em referência ao domínio sufixal, Resende e Rech (2020) discutem as diferentes leituras modais atribuídas ao sufixo *-vel*: ao passo que *lavável* recebe uma interpretação circunstancial (“pode ser lavado”) e *durável* recebe uma interpretação epistêmica (“é provável que dure”), *louvável* recebe uma interpretação deôntica (“deve ser louvado”). Essas três ocorrências de *-vel* são de leituras modais e, assim, podem ser analisadas como instâncias de polissemia¹¹.

Com relação às raízes, a questão que subjaz à natureza constitutiva dessas unidades quanto ao seu significado é muito mais controversa. Isso se dá porque parece haver um descompasso entre a identificação da raiz enquanto unidade formal e enquanto unidade de significado; esse problema será retomado na seção 4.1. Por ora, cabe apenas mencionar que a homofonia acidental também ocorre com raízes como, por exemplo, $\sqrt{\text{BANC}_1}$ e $\sqrt{\text{BANC}_2}$, que derivam *famílias léxicas* diferentes, tais como *banco*, *banqueiro*, *bancário*, de um lado, e *banquinho*, *banqueta*, *bancada*, de outro. Apesar de compartilharem (por alguma razão histórica) a mesma constituição formal, $\sqrt{\text{BANC}_1}$ e $\sqrt{\text{BANC}_2}$ são consideradas raízes diferentes por possuírem significados diferentes.

Descritivamente, esse tipo de análise revela a proeminência do significado em relação à forma para a identidade de um morfema: caracterizam-se raízes diferentes pelo que elas significam e não pela forma que assumem, da mesma forma que ocorre com a caracterização da alomorfia, em que se admite que a mesma raiz sofreu alguma variação na forma (*apofonia*), como em *faz/fez/fiz*, mas preserva sua identidade morfológica (como unidade abstrata) por preservar o *mesmo significado*.

Quanto à polissemia, a conclusão a respeito de haver ou não raízes polissêmicas depende daquilo que se assume que seja parte do conteúdo semântico de uma raiz; por exemplo, se admitirmos que a raiz se refere ao significado-base das palavras que ela deriva, então devemos admitir que uma raiz como $\sqrt{\text{JANEL}}$ é polissêmica, pois deriva uma série de palavras polissêmicas vistas em *janela da casa*, *janela do dente*, *janela no horário*, *janela imunológica*, *janela do computador* etc.

Em contrapartida, podemos admitir que as raízes não possuem nenhum significado individualmente e são interpretadas apenas de acordo com o contexto estrutural em que

¹⁰Cf. Resende (2023) para discussão desses casos.

¹¹Entretanto, fica em aberto a possibilidade de uma quarta leitura discutida pelos autores quanto a configurar uma nova leitura polissêmica, que é a leitura causativa presente em *confortável* (“que causa conforto”). Talvez, nesse caso, se esteja diante sincronicamente de uma instância de homofonia.

ocorrem. Nessa perspectiva, por exemplo, o significado de *pirata* como “saqueador marítimo” seria derivado quando a raiz √PIRAT aparece no contexto nominal, e o significado de “cópia falsificada” seria derivado quando a raiz aparece em um contexto adjetival. Nessa visão, não faria sentido falar em polissemia, mas sim em *alosseia* (Marantz, 2013a), pois o significado não faz parte da unidade isoladamente, mas sim da palavra em que ela aparece.¹²

Pondo de lado esses casos, violações da relação unívoca entre forma e significado de um morfema também ocorrem quando há ausência de forma ou ausência de significado. Casos de forma sem significado incluem os chamados “morfes vazios”¹³ como, por exemplo, *-l-* em *chaleira*, que não constitui um elemento derivacional e não contribui semanticamente para o significado do vocábulo, bem como os morfemas de classe (como as vogais temáticas verbais *-a-*, *-e-* e *-i-*), que não carregam nenhuma informação semântica, apenas gramatical. No domínio lexical, podem-se citar as então chamadas “raízes *cranberry*”, as quais permitem estabelecer sincronicamente uma relação formal, mas não semântica, entre suas palavras derivadas, como em *per-√CEB-er*, *re-√CEB-er*, *con-√CEB-er* etc.¹⁴

Casos menos óbvios, mas relacionados, de forma sem significado se manifestam quando certos morfemas perdem o seu significado em contextos específicos, como ocorre com os então chamados “*pluralia tanta*”, como *férias*, *costas*, *honras*, *arredores*, *núpcias*, *anais*, *fezes* etc., em que o morfema de plural, a despeito de ser formalmente identificado, não parece contribuir semanticamente para o significado global da palavra; isto é, não se pode dizer **a costa* para se referir à parte do corpo; a ocorrência do *-s* de plural (sinalizada pela concordância: *as costas*) tem apenas um papel formal (idiossincrático), sem contribuir para o significado da palavra (pelo menos, do ponto de vista sincrônico). Nesses casos, o significado do morfema parece ser extraído do significado da palavra morfológicamente complexa.

Um caso semelhante que ocorre com o plural do português é o que se pode chamar de “plural majestático” (Camara Jr., 1970, p. 92), que envolve um recurso estilístico para marcar, por exemplo, amplitude, como em *céus*, *trevas*, *ares* etc., em que, da mesma forma que ocorre com os *pluralia tanta*, a marca de plural não parece estar contribuindo semanticamente para a interpretação da palavra, sobretudo no caso de nomes massivos. Nesses casos, não é claro, por exemplo, o que poderia significar *céu* no plural (cf. *oh céus!* ou *mover céus e terra*).

Por seu turno, casos de significado sem forma são instâncias da *ausência significativa* — os então chamados “morfe(mas) zero”; isto é, para alguns casos determinados, a ocorrência de um morfema contrasta em significado com a ausência desse mesmo morfema. No Estruturalismo, essa “ausência significativa” foi reanalisada em termos de um morfema com valor distintivo, sem matriz fonética. Exemplos conhecidos desse tipo de morfema em português são o da marca de singular nominal, *escola-Ø* ~ *escola-s*, em que o plural,

¹²Cf. Panagiotidis e Nóbrega (no prelo) para uma discussão detalhada e seção 4.1 para mais comentários.

¹³Não raramente, essas formas também aparecem tratadas no domínio da Fonologia como sendo segmentos epentéticos, isto é, fonemas (vocálicos ou consonantais) introduzidos no interior da palavra para obedecer a alguma regra fonotática da língua. Um exemplo clássico é o de <e> em *mares*, que pode ser analisado tanto como uma “vogal de ligação” (isto é, uma vogal epentética inserida para evitar a adjacência de <r> e <s>) quanto como uma vogal temática nominal (semelhante à de *ponte*), que só se manifesta no plural.

¹⁴Cf. Minussi e Bassani (2017) e Resende (2020) para discussão desses casos.

marcado por *-s*, se opõe à ausência de plural, formalmente representada por \emptyset , sendo, assim, a marca de singular. Outro exemplo conhecido do português é o da marca de 3ª pessoa do singular no presente, qual seja: \emptyset , visto em *canta- \emptyset* , que contrasta com *canta-m*, em que *-m* indica plural.

No domínio das raízes, o reconhecimento de uma unidade portadora de significado sem forma — isto é, uma “raiz zero” — é bem menos comum, mas este é o tratamento dado por Henriques (2011, p. 46-47) a alguns alomorfes do verbo *ir*. Para esse autor, formas como *ir*, *indo*, *ido*, *irei* etc. são morfologicamente compostas por uma raiz zero, seguida por *-i-*, que é a vogal temática da 3ª conjugação e, na sequência, pelas demais desinências. Na análise do autor, o alomorfe \emptyset compartilharia com $\sqrt{\text{VA}}$ (*vai*) e $\sqrt{\text{FU}}$ (*fui*) o mesmo *semantema* ou significado lexical básico.¹⁵

No domínio derivacional, a postulação de um morfema zero tem sido usada para explicar casos de mudança de categoria sem contraparte formal, como em *vou olhar* versus *o olhar* ou *tenho convidado* versus *meu convidado*, em que a forma nominal, por hipótese derivada da forma verbal, recebe uma nova categoria por meio da afixação de um morfema zero. Havendo mudança de categoria, há também mudança de significado, já que verbos denotam elementos diferentes dos nomes e adjetivos; daí a motivação para se postular uma contraparte formal que acomoda essa mudança sintático-semântica^{16, 17}.

Em adição a esses casos, outra questão que subjaz ao descompasso entre forma e significado se manifesta quando certos significados aparecem expressos mais de uma vez em uma palavra morfologicamente complexa. No domínio flexional do português, pode-se citar o que tem sido chamado de “morfes redundantes” (Monteiro, 2002, p. 30-31) ou de “morfologia pleonástica”. Um exemplo é a expressão de gênero feminino. Como mostrado em (4), a expressão de gênero gramatical feminino pode se dar pela adjunção de *-a*, em (4a), ou por metafofia, como em (4b). No entanto, em muitas instâncias da flexão, a informação de feminino aparece expressa por ambas as marcas, como nos pares em (5).

- (4) a. peru ~ perua, autor ~ autora, deus ~ deusa
 b. av[o] ~ av[ɔ]
- (5) a. p[o]rco ~ p[ɔ]rca, s[o]gro ~ s[ɔ]gra, [e]le ~ [ɛ]la, [e]sse ~ [ɛ]ssa
 b. n[o]vo ~ n[ɔ]va, gost[o]so ~ gost[ɔ]sa, europ[e]u ~ europ[ɛ]lia

Por fim, um último exemplo da violação da relação unívoca entre significado e forma tem a ver com o fenômeno da *cumulação*, que consiste na associação entre *mais de um* significado e uma mesma forma. Exemplos provenientes dos sistemas flexionais das línguas românicas são abundantes; no português, o morfema *-i* em *comi* não significa apenas passado, mas também aspecto perfectivo, modo indicativo, primeira conjugação, primeira pessoa e singular. Dito de outro modo, a violação da relação unívoca entre forma e significado tem a ver com o fato de que à mesma forma corresponde

¹⁵Cf. Dahl e Fábregas (2018) para relevância teórica e evidência psicolinguística dos morfemas zero.

¹⁶Cf. Kastovsky (2005) e Lieber (2017) para discussão desses casos e para referências.

¹⁷Tratamentos alternativos à afixação zero no domínio derivacional, para explicar a mudança de categoria, são a *conversão* e a *re-etiquetagem lexical*. Via de regra, todos esses tratamentos acomodam o mesmo conjunto de fenômenos empíricos, e a adoção de uma ou outra análise depende mais do modelo teórico adotado.

um conjunto de significados (gramaticais) bem definidos — um fenômeno pervasivo no paradigma verbal.

Apesar de os morfemas cumulativos serem idiossincráticos, a existência da cumulação leva a algumas questões semânticas, tendo suscitado discussões pioneiras sobre o significado dos morfemas, originalmente em Bybee (1985), a saber:

- (i) Quais morfemas podem ser “enfeixados juntos”? Isto é, por que é mais provável que haja morfemas cumulativos de tempo/aspecto e de gênero/número do que tempo/pessoa e/ou aspecto/gênero?
- (ii) Por que a cumulação é um fenômeno apenas da morfologia flexional? Isto é, o tipo de significado (gramatical versus lexical) desempenha algum papel na emergência de morfemas cumulativos?

Mais uma vez, a resposta para essas perguntas depende dos níveis de interação entre os tipos de significado e os tipos de unidade formais e, ainda, da teoria assumida.

Em síntese, muitos dos fenômenos morfológicos discutidos e analisados tanto pelas teorias formais quanto pelas teorias tipológicas partem (pelo menos, descritivamente) da observação da violação da relação unívoca entre forma e significado e, uma vez que essa relação se mostra não ser unívoca, criam-se condições para o surgimento de uma pauta de pesquisa que pode alvejar, dentro da Morfologia, apenas o significado.

3 Do morfema à palavra

Como discutido na seção 2, apesar de não ter havido no Estruturalismo uma sistematização, ou uma teorização, mais profunda acerca da faceta do significado no domínio dos morfemas, como forma de resposta a alguns dos conceitos e a algumas das análises estruturalistas, emerge uma agenda de fenômenos morfossemânticos. Entretanto, uma vez que o conjunto de questões abordado por um certo modelo é sempre fruto de uma certa perspectiva — *o ponto de vista faz o objeto* —, novas modelagens teóricas podem dar vazão a novos questionamentos e à “descoberta” de novos fenômenos.

Como observa Anderson (2018), não houve, em última análise, uma continuidade entre as ideias desenvolvidas no Estruturalismo norte-americano e a abordagem dos fenômenos morfológicos esboçada nas primeiras versões da LG. Isso se deu, em particular, devido à falta de uma linha de investigação morfológica independente da Fonologia e da Sintaxe. Mais especificamente, as duas grandes linhas de investigação do Estruturalismo foram a interface entre Morfologia e Fonologia (*Morfofonêmica*) e a combinação dos morfemas que compunham as palavras (*Morfotaxe*), e tais linhas, na Teoria Padrão, passaram a constituir submódulos dos componentes fonológico e sintático respectivamente.

A autonomia da Morfologia como linha de investigação independente é instanciada apenas em Chomsky (1970), com o advento da *posição lexicalista*, e primeiramente formulada em Halle (1973). Em linha gerais, a *hipótese lexicalista* defendia que parte dos processos morfológicos ocorria no léxico, o que significa que os fenômenos subjacentes aos processos de formação de palavras e à *forma* das palavras (quer pela atuação de processos

fonológicos quer pela interferência de propriedades sintáticas) eram implementados em um componente da arquitetura da gramática diferente da — e anterior à — sintaxe.

Nos primeiros desenvolvimentos da morfologia lexicalista, os modelos de léxico gerativo se dividiam entre aqueles cuja operacionalidade era inspirada em modelos de *Fonologia Gerativa* — tais como Halle (1973), Aronoff (1976) e Kiparsky (1982) — e aqueles cuja operacionalidade era inspirada em modelos de sintaxe (em particular, a *Teoria X-Barra*), o que ficou conhecido como “Sintaxe Vocabular” — como Lieber (1982), Selkrik (1982) e Di Sciullo e Williams (1987).¹⁸ No que diz respeito ao conteúdo semântico, como quer que se implementasse a formação de palavras complexas no léxico (isto é, por algum tipo de regra morfofonológica ou por algum mecanismo de afixação sintática), a perspectiva sob a qual o significado das unidades morfológicas era observado mudou, do Estruturalismo para a LG, em dois aspectos principais.

O primeiro deles é que, nos desenvolvimentos iniciais da teoria morfológica na LG, ao lado da concepção de morfologia baseada em morfema, ressurgiu a concepção de morfologia baseada em palavra/lexema. A implicação dessa visão — que é, inclusive, parte da argumentação do modelo de Aronoff (1976) — é a de que uma série de idiosincrasias morfofonológicas, morfossintáticas e morfossemânticas (como as manifestações da relação não unívoca entre forma e significado, discutidas na seção 2) não era mais atribuída aos morfemas em si, mas aos lexemas; isto é, às palavras em que eles ocorriam. Portanto, nessa visão, as menores unidades portadoras de significado são as *palavras*. Esse movimento deu vazão à postulação de operações de lexicalização para acomodar os diversos comportamentos idiosincráticos das palavras e a falta de transparência morfológica e/ou composicionalidade semântica.¹⁹

A segunda questão que emerge da visão de morfologia baseada em palavras é o fenômeno do *bloqueio* (Aronoff, 1976), que consiste na possibilidade de a gramática bloquear a formação de uma certa palavra dada a existência de uma outra palavra com o mesmo significado. Isso pode ser exemplificado pela má formação de **roubador* diante da existência de *ladrão*, em que o bloqueio alveja palavras diferentes com o mesmo significado, bem como pela má formação de **manobrador* diante da existência de *manobrista*, em que tanto *-ista* quanto *-dor* são sufixos formadores de agente a partir de bases verbais.

O bloqueio (morfológico ou morfossemântico) entre palavras é uma possibilidade que emerge do estatuto especial atribuído à palavra, mas posteriormente, esse fenômeno foi reanalisado também como uma questão relevante para a visão de morfologia baseada em morfemas em termos de *afixação múltipla* (Lieber, 2004); ou seja, de afixos em competição da perspectiva do significado. Um exemplo do português é o par *-iz(ar)* e *-ific(ar)*: ambos são verbalizadores com o sentido de “tornar X”, em que “X” é normalmente um adjetivo, como pode ser visto em *modernizar*, *suavizar* e *realizar* versus *solidificar*, *purificar* e *simplificar*.²⁰

O segundo aspecto é que, do ponto de vista empírico, a partir de Chomsky (1970), dois fenômenos da interface entre morfologia e semântica passaram a compor a agenda de

¹⁸Por motivos de escopo, essas propostas não são discutidas neste artigo, mas cf. Mendikoetxea e Uribe-Etxebarria (1997), Scalise e Guevara (2005), Ackema e Neeleman (2007), Fábregas e Scalise (2012) e Siddiqi (2014) para um panorama histórico, questões teóricas e epistemológicas, e referências.

¹⁹Cf. Rocha (2008, cap. 4) para um panorama e Bassani e Costa (2024) para uma discussão recente.

²⁰Cf. Embick e Marantz (2008) para uma discussão detalhada.

fenômenos morfossemânticos, a saber, o significado composicional na derivação de palavras complexas e a relação semântica entre o afixo e a base com que ele se combina. Quanto à composicionalidade, o argumento de Chomsky (1970) é o de que a relação entre *nominalizações derivadas* (aquelas formadas mediante a adjunção de sufixos como *-ção*, *-mento*, *-gem* etc.) e os verbos a partir dos quais elas deveriam derivar é idiossincrática.

Mais especificamente, assim como os dados do inglês discutidos por Chomsky, em português, ao passo que *casamento* é o evento de *casar*, e *fingimento* é o evento de *fingir*, *testamento* não é o evento de *testar* (cf. *testagem*) e *acabamento* não é o evento de *acabar* (cf. *encerramento*). Da mesma sorte, *lavador de carros* é “aquele que lava carros” e *contador de histórias* é “aquele que conta histórias”, mas, sincronicamente, *amador* não é “aquele que ama” e *curador* não é “aquele que cura”. Em síntese, assim como os casos de *pluralia tantum* mencionados na seção 2, esses exemplos mostram que, apesar da transparência formal (isto é, morfofonológica) entre os morfemas — ou, nesses casos, entre base e afixo —, o significado construído não é composicional.

Pondo de lado esses casos, a respeito da relação entre base e afixo (ou seja, por que o sufixo nominalizador de *casar* é *-mento* e não *-gem*: **casagem*), ainda que o questionamento de Chomsky (1970) não tenha alvejado a relação/motivação semântica, e sim morfofonológica, propostas posteriores começaram a discutir instâncias de restrição semântica de combinação entre bases e afixos derivacionais.

Um exemplo do português é o sufixo *des-*, que se combina com bases verbais *accomplishment*, cujos eventos têm um estado resultante (*construir* → *desconstruir*, *montar* → *desmontar*), mas não com bases verbais de atividade (*dançar* → **desdançar*, *caminhar* → **descaminhar*)²¹. Similarmente, o morfema de plural *-s* se combina com nomes contáveis (*cadeiras*, *pontes*, *gatos*), mas não com nomes massivos abstratos (**respeitos*, **confortos*, **gratidões*).

Adicionalmente, uma série de outros fenômenos passou a atrair a atenção dos estudos em Morfologia, no que tange à relação entre a expressão morfológica e seus significados. Como mencionado na seção 1, o primeiro trabalho sistemático dentro da LG que leva para o centro da análise o significado dos morfemas e dos processos de formação de palavras (em vez do significado das palavras) é Lieber (2004). Especificamente, nesse trabalho, a autora discute em detalhe, a partir de dados do inglês, uma série de fenômenos que se podem chamar de “morfossemânticos”, tanto discutindo a questão da (não) composicionalidade na formação de palavras complexas e da afixação múltipla quanto rediscutindo (à luz da modelagem da LG) problemas já sinalizados pelas análises estruturalistas, tais como o estatuto da afixação zero, a questão da polissemia dos morfemas e o fenômeno da redundância morfológica, discutidos na seção 2.

Em síntese, parte daquilo que poderia ser considerado pauta dos interesses pela interface entre Morfologia e Semântica é construído a partir da identificação de noções básicas que emergem nas análises estruturalistas. Todavia, com o advento da LG, as investigações morfológicas ganharam uma nova dimensão tanto qualitativa quanto quantitativamente. Qualitativamente porque muitos dos fenômenos já investigados dentro do Estruturalismo ganharam uma nova modelagem em termos daquilo que ficou conhecido como *competência lexical*, isto é, o conhecimento que o falante tem sobre as palavras de sua língua, sobre sua estrutura interna e sobre seus processos de formação.

²¹Cf. Medeiros (2010) para uma análise detalhada.

Essa visão biopsicologizante dos processos morfológicos também serviu posteriormente de baliza para muitas das generalizações e análises dos fenômenos morfológicos.

Quantitativamente, porque, para além da expansão da agenda de fenômenos morfossemânticos devido ao ressurgimento da visão de morfologia baseada em palavras (que também subjaz aos modelos Palavra-e-Paradigma), o interesse pelo léxico, nos termos de Chomsky (1970) e trabalhos subsequentes, fez emergir o interesse pela morfologia derivacional, em certa medida, negligenciada pelas análises estruturalistas. Da contraparte da área da Semântica, a emergência da *Semântica Gerativa* passou a chamar a atenção para a decomposição lexical, criando condições para a formulação de questões a respeito do significado das partes (menores do que a palavra) na construção do significado do todo.

4 Da palavra ao morfema

Posteriormente à emergência da posição lexicalista, que extraiu parte dos fenômenos morfológicos da sintaxe, surgem na década de 1990 diversas propostas reagindo à visão de que os fenômenos morfológicos poderiam ser tratados separadamente em relação aos fenômenos sintáticos, tanto do ponto de vista do tipo de operação quanto do componente em que os fenômenos eram manipulados. Para citar um exemplo notável, a teoria da Morfologia Distribuída (MD) (Halle; Marantz, 1993, e trabalhos subsequentes) é uma teoria não lexicalista que defende não apenas que não há módulos distintos na arquitetura da gramática para formar palavras e sintagmas/sentenças como também que “no caso geral, estrutura morfológica [...] é simplesmente estrutura sintática (Embick; Noyer, 2007, p. 293, tradução minha).

Por questões de espaço e escopo, eu não vou apresentar ou discutir a teoria da MD nem fazer comparações (teóricas ou descritivas) entre essa teoria e modelos lexicalistas²²; meu objetivo nesta seção é apenas mostrar como a visão de “sintaxe da/na palavra” suscita certos questionamentos acerca do papel do conteúdo semântico dos morfemas e, de forma mais geral, como se expandem a cobertura empírica e o espectro descritivo das perguntas de investigação da interface entre morfologia e semântica.²³

Primeiramente, a “distribuição” das propriedades das palavras (anteriormente concentradas nos itens lexicais, no léxico) fez com que as análises morfológicas precisassem lidar não apenas com problemas semântico-estruturais (a construção de significados não composicionais), mas também com problemas de Semântica Lexical (a natureza semântica das raízes) e de Semântica Formal (a interpretação dos morfemas em Forma Lógica (LF)).

Nesse sentido, a agenda de problemas morfossemânticos se ampliou não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente, à medida que pesquisadores interessados na contribuição semântica dos morfemas — não apenas na MD, mas também em outros modelos construcionistas — passaram a “descobrir” novos problemas empíricos

²²Discussões introdutórias em português podem ser encontradas em Lorenço da Silva (2010), Scher, Bassani e Minussi (2013), Figueredo Silva e Medeiros (2016), Scher (2017), Figueredo Silva (2020) e Scher, Bassani e Armelin (2023).

²³Cf. Harley (2012) para um panorama da pauta semântica dentro da MD.

bem como a vislumbrar novas formulações e modelagens teóricas. Nas duas subseções que seguem, eu vou comentar brevemente dois tipos de questão que emergem para a interface entre morfologia e semântica nessa perspectiva.

4.1 Significado estrutural

Na visão tradicional, a natureza constitutiva dos morfemas, como discutido na seção 1, envolvia duas facetas: uma de som e outra de significado. Em contrapartida, na MD, modelo em que morfologia é sintaxe, a natureza interpretativa dos morfemas ganha uma nova dimensão, qual seja: a posição do morfema na estrutura sintática (e não apenas na cadeia morfológica). Nos termos de Bassani e Costa (2024, p. 13), “o significado de uma palavra é uma função dos significados de seus morfemas e da maneira como eles são combinados sintaticamente”. Especificamente, assim como qualquer constituinte sintático, a posição de um morfema na MD é relevante para sua interpretação, como pode ser visto em (6), (7) e (8); em particular, no que tange a relações de escopo.

- (6) a. [O leão] atacou [o caçador].
b. [O caçador] atacou [o leão].
- (7) a. eletr-[ic]-[ist]-a
b. humor-[ist]-[ic]-o
- (8) a. [anti]-[ex]-marid-o
b. [ex]-[anti]-soci-al

É verdade que, diferentemente dos constituintes entre colchetes em (6), que podem mudar de posição em relação ao núcleo (isto é, podem ser argumento interno ou externo do verbo), os constituintes entre colchetes em (7) e (8) não podem mudar sua posição em relação ao núcleo (isto é, em relação ao seu estatuto como prefixo ou sufixo). Ainda assim, é possível observar como a ordem dos constituintes morfológicos, em termos da relação de escopo, ajuda a construir composicionalmente o significado da palavra.

Assim, assumindo que um dos significados de *-ista* seja agentivo e que *-ico* indique uma propriedade de X, composicionalmente, *eletricista* significa “agente de X, tal que X tem propriedades relativas a $\sqrt{\text{ELETR}}$ ” (ou seja, que opera sobre coisas que têm a propriedade de ter eletricidade), e *humorístico* significa “que tem propriedades relativas a um agente de $\sqrt{\text{HUMOR}}$ ” (ou seja, que tem a propriedade de causar humor). Da mesma sorte, assumindo que *anti-* signifique “contrariedade” e que um dos significados de *ex-* seja o de “destituição”, *anti-ex-marido* significa “a propriedade de ser contra indivíduos destituídos do papel de marido”, e *ex-antissocial* significa “destituição da propriedade de ser contra interações entre indivíduos”. Naturalmente, a composicionalidade semântica completa depende do significado que se atribui à raiz e também dos significados especiais (isto é, idiossincráticos) atribuídos às palavras. Seja como for, o ponto é apenas mostrar que esse tipo de exercício é o mote da composicionalidade morfossemântica.

Ainda sob essa perspectiva, desde as primeiras versões da LG, tem sido argumentado que os constituintes podem ser pronunciados em posições diferentes daquelas onde são interpretados (isto é, aquelas em que são gerados); trata-se do principal argumento empírico para a postulação de movimento sintático. Exemplos conhecidos são os dos

operadores-*qu*, em (9a), das estruturas de topicalização, em (9b), e do escopo de quantificadores, em (9c) — nesse exemplo, trata-se de um movimento coberto, em LF.

- (9) a. [Quem]_i o João beijou <quem>_i?
 b. [Café com açúcar]_i a Maria detesta <café com açúcar>_i.
 c. [Não]_i [todos os professores] <não>_i aderiram à greve.

Uma consequência direta desse tipo de motivação sintática é a de que, se morfemas são constituintes sintáticos, era de se esperar que eles também pudessem sofrer movimento, o que não parece ocorrer, dadas a impossibilidade de alterar o estatuto posicional de um morfema em relação à sua base (ou seja, ser prefixo, sufixo etc.) e a agramaticalidade de compostos quando uma de suas bases é extraída (**qual cama_i você comprou sofá-<cama>_i?*). Ainda assim, como notam Fábregas e Scalise (2012), a resposta para esse problema tem sido a de que não se pode deslocar *qualquer* constituinte sintático; os constituintes sintáticos que não podem ser movidos ficaram conhecidos na LG como *ilhas*²⁴ (do tipo **qual canção_i você encontrou o autor que compôs <qual canção>_i?*). Sob essa visão, seria possível argumentar, então, que os constituintes sintáticos internos a uma palavra (ou seja, os morfemas) seriam *ilhas sintáticas*.

É justo mencionar, porém, que o estatuto de ilha das palavras é uma manobra teórica que requer mais sustentação empírica. Nessa toada, Resende (2023), discutindo argumentos para a postulação de movimentos internos à palavra, defende que alguns morfemas são pronunciados em posições diferentes daquelas onde são interpretados e, com base em fenômenos do tipo de (9c), o autor mostra que o prefixo *pré-*, um modificador, mantém diferentes relações de escopo com as unidades com que se combina, como pode ser visto em (10).

- (10) a. pré-escola (“antes da escola”), pré-parto (“antes do parto”)
 b. pré-pago (“pago antes”), prever (“ver antes”), pressentir (“sentir antes”)

Com base em exemplos do tipo de (10), Resende defende que apesar de na superfície — isto é, na Forma Fonética (PF) —, o prefixo sempre aparecer à esquerda da base/raiz, na estrutura sintática, a posição desse modificador pode variar a depender da sua relação de escopo com a base: nos casos em (10a), a posição original do morfema é à esquerda da base, mas em (10b), *pré-* deve ser gerado à direita da base, devido ao escopo da modificação; *prever o acidente* significa “ver o acidente antes” e não “antes de ver o acidente”. Para o autor, a posição fixa desses prefixos, a despeito de sua interpretação, tem a ver com restrições templáticas que pesam sobre sua ocorrência, isto é, independentemente do escopo do modificador, *pré-* precisa figurar à esquerda da base, o que força um movimento desse morfema em PF — e garante sua interpretação correta em LF.

Na mesma linha de raciocínio, convém mencionar um último caso interessante de como a visão de morfemas como objetos sintáticos reconfigura a forma como alguns fenômenos são analisados. Já é de longa data o reconhecimento de que o aspecto progressivo (expresso pelo morfema de gerúndio) não é compatível com certos predicados estativos, como em (11a), nem com o verbo modal *dever* (nas leituras epistêmica ou deontica), como em (11b). Porém, essa agramaticalidade parece não ser mantida quando esses mesmos predicados aparecem em sentenças adjunto em vez de sentenças matrizes, como em (12).

²⁴Cf. Boeckx (2012) para discussões detalhadas bem como para um panorama e referências.

- (11) a. *Pedro está tendo olhos verdes.
b. *Pedro está devendo sair.
- (12) a. Tendo olhos verdes, Pedro pode ser Harry Potter na peça da escola.
b. O tempo está nublado, devendo chover no final de semana.

O que esse contraste revela é que existem certas restrições morfossemânticas (como, por exemplo, a compatibilidade de aspecto progressivo com certos tipos de predicado) que só podem ser capturadas se for considerada uma dimensão maior (isto é, sintática) da ocorrência desses morfemas. Sem adentrar detalhes de implementação, esses fenômenos e essas generalizações não poderiam ser, por contingência teórica e metodológica, capturados em uma visão que separa qualitativamente a sintaxe da morfologia ou que atribui à palavra um estatuto especial quanto ao domínio de licenciamento dos morfemas ou de regras de formação.

4.2 Significado lexical

Como argumentado anteriormente, com o advento da LG, a pauta de fenômenos morfossemânticos instanciada pelo Estruturalismo foi não apenas expandida como também os próprios fenômenos já conhecidos foram reanalisados à luz das modelagens teóricas posteriores; o mesmo se deu com a emergência dos modelos não lexicalistas (em especial, a MD). Na seção 4.1, mostrou-se como a agenda da interface entre morfologia e semântica foi estendida devido à análise de que morfemas são objetos sintáticos. Por sua vez, nesta seção, eu vou discutir brevemente como alguns problemas clássicos foram reinterpretados na MD e como análises clássicas não puderam ser imediatamente transpostas para esse modelo por incompatibilidades teórica e/ou epistemológica.

Como já mencionado, na MD, a associação entre a forma e o significado dos morfemas não é apenas dissociável, como também é separada em componentes diferentes da arquitetura da gramática. Conforme Marantz (1997), enquanto os morfemas como unidades abstratas são armazenados no *Léxico estrito* (a Lista 1), sua contraparte morfofonológica é armazenada no *Vocabulário* (a Lista 2) e acessada/manipulada apenas na ramificação para PF, depois de a estrutura sintática já ter sido gerada. Essa visão, em última análise, prescinde em parte dos problemas de polissemia e homofonia dos afixos.

Por exemplo, o sufixo *-eir-* (com vogais *-o* ou *-a*) pode aparecer na construção de nomes agentivos a partir tanto de bases verbais, como *fofoqueiro*, quanto de raízes, como *sapateiro*; além disso, pode aparecer como sufixo iterativizador de eventos como em *berreiro*, mas também *trabalheira* e *zoeira*.²⁵ A questão que esses casos colocam, então, é a de se é possível falar em polissemia de afixos na MD, e uma análise mais atenta dos mecanismos dessa teoria nos leva a uma resposta negativa para essa questão. Na visão tradicional, a polissemia é observada quando o próprio afixo carrega diferentes leituras; contudo, na MD, não são os afixos em si que carregam as diferentes leituras, pois os *itens de Vocabulário* são intrinsecamente dissociados das estruturas que eles realizam.

Assim, *-eir(o/a)* é a realização fonológica de um núcleo nominalizador (ou adjetivizador) em uma estrutura específica, como uma contendo um traço AGENTIVO ou ITERATIVO, que

²⁵Outras leituras disponíveis são as de locativo (*galinheiro*), instrumento (*pipoqueira*) e aquelas de adjetivos (*grosseiro*).

dá conta de gerar a interpretação correta para esses nomes. Nessa perspectiva, então, “polissemia” é apenas um rótulo descritivo para a idiossincrasia morfofonológica de um mesmo item de Vocabulário aparecer em estruturas diferentes, veiculando leituras diferentes. Nesse sentido, a polissemia está para o domínio derivacional assim como o sincretismo está para o domínio flexional.

Para um exemplo simplificado, pode-se analisar /m/ como a realização do traço [PL] no tempo presente dos verbos do português (*amam, bebem, sorriem*), mas essa realização se dá tanto na concordância com pronomes de 2ª pessoa (*vocês amam*) quanto com de 3ª pessoa (*eles bebem*). Assim, descritivamente, -m é um morfema que “carrega” (ou, nesse caso, realiza) duas leituras diferentes, mas relacionadas. No entanto, diferentemente do que ocorre no domínio flexional, em que há uma distinção clara entre sincretismo e homofonia accidental²⁶, no domínio derivacional, em um modelo realizacional, a distinção entre polissemia e homofonia é enfraquecida.

Halle (1997), em um dos textos fundacionais da MD, faz a seguinte observação a respeito do morfema -s do inglês: “o sufixo /z/ é o expoente fonológico do complexo de traços gramaticais [3.SG.PRES] em verbos, mas também de [PL] em nomes” (p. 126, tradução minha). Nessa passagem, ao caracterizar a realização do morfema -s²⁷, o autor sugere não haver dois itens de Vocabulário *diferentes* para as duas estruturas que ele realiza, o que configura a mesma situação recém-descrita para -eir(o/a) ou para qualquer caso de polissemia discutido na seção 2.3. Essa conclusão leva a dois questionamentos dentro da MD, a saber:

- (i) A distinção entre homofonia e polissemia de afixos é *teoricamente* relevante?
- (ii) Em caso afirmativo, que propriedades sincrônicas regulam a distinção entre um fenômeno e outro, como no caso do sincretismo, e que previsões essa distinção é capaz de fazer?

Vale notar que esse problema se coloca também para a interpretação na *Enciclopédia* (a *Lista 3*): os verbalizadores -iz(ar) e -ific(ar) são morfemas distintos pelo menos da perspectiva morfofonológica, mas dada a dissociação entre forma e significado, pode-se questionar se eles têm instruções de interpretação diferentes para o significado “tornar X”. Dito de outro modo, um mesmo significado (isto é, a mesma entrada enciclopédica) pode ser acessado por dois morfemas diferentes? Caso respondamos afirmativamente a essa questão, estaríamos diante de um caso de *sinonímia perfeita* por definição. Para tratar dessa possibilidade no domínio morfológico, eu vou me referir a ela como “homossemia” — cf. (13b) a seguir.

Quanto à natureza das raízes, a discussão já está bem mais desenvolvida dentro da teoria, e a conjectura de as raízes carregarem alguma informação semântica já na *Lista 1* é um tópico de intenso debate e algumas controvérsias na MD.²⁸ Para colocar a questão de forma simples, a destituição de propriedades “lexicais” dos morfemas na MD, atribuídas ao Vocabulário e à *Enciclopédia*, levou ao questionamento de se, por exemplo,

²⁶Cf. Caha (2019) para um panorama dessa discussão e referências

²⁷Uma homofonia que também ocorre em português como em *as casas* (plural nominal) versus *tu casas* (2ª pessoa do singular, na variedade padrão).

²⁸Cf. referências a seguir e Monteiro e Gonçalves (2021) para um panorama.

√CÃO carrega algum significado anterior às estruturas sintáticas em que aparece. Como herança do raciocínio estruturalista, inicialmente na MD, assumia-se que o significado de uma raiz era o significado base da palavra; entretanto, a partir de Acquaviva (2009), compreendeu-se que a semântica das raízes, tal como no Estruturalismo, não podia ser imediatamente transposta para uma teoria não lexicalista como a MD.

Mais especificamente, o descompasso na identificação entre forma e significado se observa no fato de ser possível determinar com relativa clareza a forma de uma raiz (por exemplo, √FLOR em *floricultura*), pelo processo de comutação, mas não do seu significado; ou seja, apesar de haver o reconhecimento explícito de que a raiz “carrega o significado base da palavra” ou “expressa a carga semântica do vocábulo” (Monteiro, 2002, p. 45) — o que inclusive atribuiu a essa unidade o rótulo de “semantema” —, a determinação concreta de significado da raiz permanece inefável às teorias morfológicas.

No Estruturalismo, o “conteúdo semântico” de uma raiz recebeu uma caracterização abstrata, intuitiva, já que os falantes são capazes de relacionar semanticamente palavras cognatas por causa de sua raiz, como *floricultura*, *floral*, *florista*, *florescer* e talvez *flora*, *floresta* etc. Contudo, um olhar mais atento para a aplicação desse conceito de raiz revela que a identificação semântica dessa unidade depende da(s) palavra(s) que ela vai derivar e, via de regra, não da sua forma isoladamente. Dito de outra forma, os falantes sabem relacionar semanticamente palavras cognatas porque conhecem o significado-base dessas palavras (o qual se associa à raiz) sem, contudo, serem capazes de identificar, de forma isolada, o significado da raiz.

Nesse sentido, como argumenta Acquaviva (2009), o significado que pode ser atribuído às palavras derivadas não é um significado que pode ser atribuído à unidade morfológica *raiz*, ainda que esse significado seja abstrato; por exemplo, o significado “animal doméstico de quatro patas que late” não é um significado atribuído à raiz √CÃO, mas à palavra *cão*; ou seja, a uma estrutura já categorizada e com significado definido. Deixando de lado os detalhes da argumentação de Acquaviva, a conclusão do autor é a de que as raízes não carregam nenhuma informação semântica na Lista 1, pois atribuir qualquer significado a essas unidades seria antever uma certa categoria (isto é, ao admitirmos que o significado de raiz seja o significado de um nome, antevemos que a raiz vai formar um nome), o que é incompatível com a visão das raízes acategoriais na MD.

Seja como for, apesar de sua argumentação e de esse trabalho ter constituído um “divisor de águas” no que tange à discussão sobre a natureza das raízes, surgiram diversas reações a essa análise acerca de diferentes fenômenos em diferentes línguas. Para sintetizar esse debate, empírica e teoricamente, eu vou dividir os trabalhos sobre esse tema em quatro categorias, quais sejam: (i) os que defendem que as raízes não carregam nenhum conteúdo semântico na Lista 1 (Acquaviva, 2009; Harley 2014; Panagiotides; Nóbrega, no prelo), (ii) os que defendem que as raízes podem ser associadas a traços gramaticais específicos (Marantz, 1996; Harley, 1999; Resende; Basso, 2022, 2024), (iii) os que defendem que as raízes carregam um significado nuclear subespecificado (Alexiadou, 2001; Arad, 2003; Alexiadou; Lohndal, 2017); (iv) os que defendem que as raízes denotam algum tipo de categoria semântica como, por exemplo, categorias lexicais como estados ou tipos de evento (Marantz, 1997), como eventos, entidades etc. (Marantz, 2001, 2013b) ou como tipos semânticos (Moulton, 2014; Levinson, 2015).

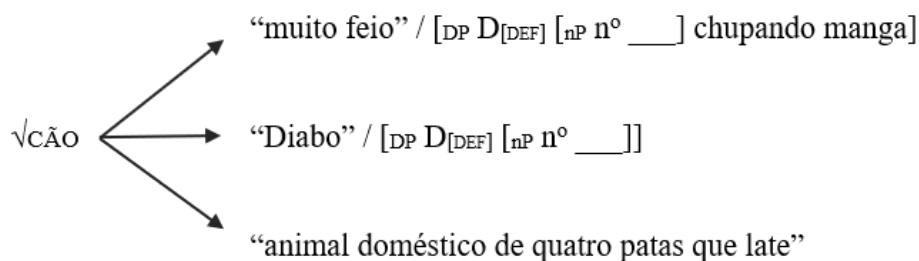
Pondo de lado o problema específico da natureza semântica das raízes na Lista 1 (a saber, as raízes carregam alguma informação antes de comporem uma palavra/estrutura),

outras questões correlatas emergem. A primeira delas tem a ver com polissemia. Como comentado na seção 2.3, a análise da possibilidade de as raízes poderem ou não ser polissêmicas na MD depende daquilo que se assume que as raízes significam. Por exemplo, se as raízes carregam um significado subespecificado, todos os significados relacionados — o caso clássico de polissemia — podem ser derivados a partir dela; a mesma análise pode ser mantida se as raízes carregarem/realizarem traços gramaticais específicos — tais como CONTÁVEL, ANIMADO etc. para Marantz (1996), \pm DELIMITADO para Harley (1999) e EVENTO para Resende e Basso (2022, 2024).

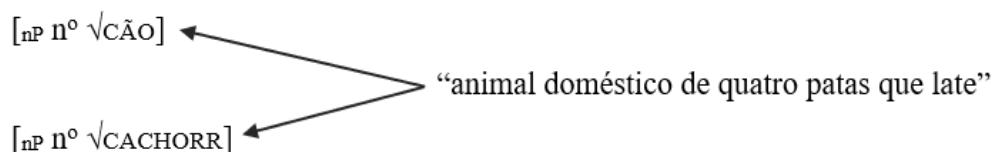
No entanto, se as raízes não carregam nenhum significado inerente, não é possível falar em polissemia de *raízes*, mas apenas em alossemia, que consiste na visão de que todo o significado é construído estruturalmente e para o qual as raízes contribuem apenas como índice para instruções de interpretação, como em (13a). Contudo, uma implicação dessa visão, como mencionado anteriormente para os afixos, é a de que se as raízes não fornecem uma contribuição individual para o significado das palavras, não há critérios claros para distinguir homofonia de polissemia também no caso das raízes. Naturalmente, esta pode se provar ser uma distinção teoricamente não relevante para a MD. Ainda assim, trata-se de uma questão que deve ser empiricamente justificada e não apenas aceita por ser o subproduto de uma análise que discute um problema relacionado.

Adicionalmente, em relação à questão descrita como homofonia, há aquela descrita como *homossemia*, no que tange às entradas enciclopédicas. O esquema em (13) ilustra os fenômenos de alossemia e de homossemia para as raízes. Seguindo o mesmo raciocínio, questões relacionadas seriam a de se, por exemplo, o significado enciclopédico de “morte” é diferente nos contextos em que ele é atribuído ao verbo *morrer* ou à expressão idiomática *bater as botas* bem como se *cão*, em termos de acesso ao conhecimento de mundo, significa algo diferente de *cachorro*. Se a resposta para essa questão for negativa, talvez estejamos diante de mais um caso de homossemia — a atribuição de significado não determinada contextualmente é a interpretação *default* (Harley, 2014).

(13) a. **Alossemia**



b. **Homossemia**



Fonte: elaboração própria.

5 Considerações finais

Neste trabalho, busquei fazer uma breve narrativa de como a agenda de fenômenos que poderiam ser chamados de “morfossemânticos” emergiu nos trabalhos em Morfologia, do Estruturalismo até os modelos de morfologia na Linguística Gerativa; em particular, o lexicalismo de Aronoff (1976) e a Morfologia Distribuída. Tal narrativa teve o objetivo de mostrar como as diferentes modelagens teóricas permitiram expandir, mas também reinterpretar, a pauta de fenômenos subjacente à relação entre morfologia e semântica sendo construída. Em síntese, espero ter mostrado que o “conteúdo semântico” em Morfologia é um tópico emergente com questões extremamente caras à discussão sobre a arquitetura da gramática e sobre a natureza das raízes bem como sobre as relações entre os diferentes níveis de análise, questões estas que permanecem em aberto.

Referências

- ACKEMA, Peter; NEELEMAN, Ad. Morphology \neq Syntax. In: RAMCHAND, Gillian; REISS, Charles (ed.). *The Oxford handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 325-352.
- ACQUAVIVA, Paolo. Morphological Semantics. In: HIPPISEY, Andrew; STUMP, Gregory (ed.). *The Cambridge handbook of Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 117-148.
- ACQUAVIVA, Paolo. Roots and lexicality in Distributed Morphology. *York Papers in Linguistics*, York, v. 2, p. 1-20, 2009.
- ALEXIADOU, Artemis. *Functional structure in nominals: nominalization and ergativity*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- ALEXIADOU, Artemis; LOHNDAL, Terje. On the division of labor between roots and functional structure. In: D’ALESSANDRO, Roberta; FRANCO, Irene; GALLEGÓ, Angé, J. (ed.). *The verbal domain*. Oxford: Oxford, 2017. p. 85-102.
- AMEKA, Felix. Interjections: the universal yet neglected part of speech. *Journal of Pragmatics*, Oxford, v. 18, p. 101-118, 1992.
- ANDERSON, Stephen R. A short story of Morphological Theory. In: AUDRING, Jenny; MASINI, Francesca (ed.). *The Oxford handbook of Morphological Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 19-33.
- ARAD, Maya. Locality constraints on the Interpretation of roots: the case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language & Linguistic Theory*, Dordrecht, v. 21, p. 737-778, 2003.
- ARONOFF, Mark. *Word formation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.
- BASSANI, Indaiá de Santana; COSTA, Marcela Nunes. Indicativos linguísticos para aferir composicionalidade semântica em palavras complexas. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 11-35, 2024.
- BOECKX, Cedric. *Syntactic islands*. Cambridge: Cambridge, 2012.

- BYBEE, Joan L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1985.
- CAHA, Pavel. Syncretism in Morphology. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*, Oxford, p. 1-30, 2019.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986 [1975].
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2007 [1970].
- CHOMSKY, Noam. Notas sobre nominalização. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 65, p. 437-496, 2022 [1970].
- DAHL, Eystein; FÁBREGAS, Antonio. Zero morphemes. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*, Oxford, p. 1-30, 2018.
- DI SCIULLO, Anna Maria; WILLIAMS, Edwin B. *On the definition of word*. Cambridge; London: MIT Press, 1987.
- DOWNING, Laura J; STIEBELS, Barbara. Iconicity. In: TROMMER, Jochen (ed.). *The morphology and phonology of exponence*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 379-426.
- EMBICK, David; MARANTZ, Alec. Architecture and blocking. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 39, n. 1, p. 1-53, 2008.
- EMBICK, David; NOYER, Rolf. Distributed Morphology and the Syntax-Morphology interface. In: RAMCHAND, Gillian; REISS, Charles (ed.). *The Oxford handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 289-324.
- EMBICK, David; SHWAYDER, Kobey. Deriving morphophonological (mis)applications. In: PETROSINO, Roberto; CERRONE, Pietro; HULST, Harry Van Der (ed.). *From sounds to structures: beyond the Veil of Maya*. Mouton: De Gruyter, 2018. p. 193-248.
- FÁBREGAS, Antonio; SCALISE, Sergio. Morphology's relation to syntax. In: FÁBREGAS, Antonio; SCALISE, Sergio (ed.). *Morphology: from data to theories*. Edinburgh: Edinburgh Press, 2012. p. 133-151.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. Apresentação à edição brasileira. In: SANTANA, Beatriz Pires; RESENDE, Maurício (org.). *A Morfologia Distribuída e as peças da flexão*. Curitiba: UFPR, 2020. p. 11-28.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; MEDEIROS, Alessandro Boechat de. *Para conhecer Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2016.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Morfologia Construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.
- HALLE, Morris. Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1973.
- HALLE, Morris. Distributed Morphology: impoverishment and fission. In: LECARME, Jacqueline; LOWENSTAMM, Jean; SHLONSKY, Ur (ed.). *Current Issues in Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 125-149.
- HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. *A Morfologia Distribuída e as peças da flexão*. Curitiba: UFPR, 2020 [1993].

HARLEY, Heidi. Denominal verbs and Aktionsart. *MIT Working papers in Linguistics*, Cambridge, v. 35, p. 1-13, 1999.

HARLEY, Heidi. Semantics in Distributed Morphology. In: MAIENBORN, C.; von HEUSINGER, K.; PORNTNER, P. (ed.) *Semantics: an international handbook of natural language meaning*. De Gruyter: Mouton, 2012. p. 2151-2171.

HARLEY, Heidi. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3-4, p. 225-276, 2014.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KASTOVSKY, Dieter. Conversion and/or zero: word formation theory, Historical Linguistics, and typology. In: BAUER, Laurie; VALERA, Salvador (ed.). *Approaches to conversion/zero derivation*. Waxmann: New York / Berlin, 2005. p. 31-49.

KIPARSKY, Paul. Lexical Morphology and Phonology. In: The linguistic society of Korea (ed.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 3-91.

LEVINSON, Lisa. The ontology of roots and verbs. In: ALEXIADOU, Artemis; BORER, Hagit; SCHÄFER, Florian (ed.). *The syntax of roots and the roots of syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 208-229.

LIEBER, Rochelle. *Deconstructing morphology: word formation in syntactic theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

LIEBER, Rochelle. *Morphology and Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LIEBER, Rochelle. Derivational Morphology. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*, Oxford, p. 1-25, 2017.

LOURENÇO DA SILVA, Everton. O advento da Morfologia Distribuída. *ReVEL*, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 1-15, 2010.

MARANTZ, Alec. "Cat" as a phrasal idiom: consequences of late insertion in Distributed Morphology. Paris, 1996. Manuscript.

MARANTZ, Alec. *Words*. New York, 2001. Manuscript.

MARANTZ, Alec. Locality domains for contextual allomorphy across the Interfaces. In: MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec (ed.). *Distributed Morphology today: morphemes to Morris Halle*. Cambridge; London: MIT Press, 2013a. p. 95-115.

MARANTZ, Alec. Verbal argument structure: events and participants. *Lingua*, North Holland, v. 130, p. 152-168, 2013b.

MARANTZ, Alec. Sem escapatória da sintaxe: não tente fazer análise morfológica na privacidade do seu próprio léxico. *ReVEL*, Porto Alegre, v. 13, n. 24, p. 8-33, 2015 [1997].

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Para uma abordagem sintático-semântica do prefixo "-des". *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 95-121, 2010.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Considerações sobre o prefixo "re-". *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 56, n. 2, p. 583-610, 2012.

MENDIKOETXEA, Amaya; URIBE-ETXEBARRIA, Myriam. The morphology-syntax interface. In: MENDIKOETXEA, Amaya; URIBE-ETXEBARRIA, Myriam (ed.). *Theoretical issues at the syntax-morphology interface*. Gehigarriak: ASJU, 1997. p. 11-33.

MINUSSI, Rafael Dias; BASSANI, Indaiá de Santana. Em favor do conteúdo semântico das raízes. *Revista Letras*, Curitiba, v. 96, p. 152-173, 2017.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

MONTEIRO, Beatrice Nascimento; GONÇALVES, Elisângela. Semântica(s) e raízes: discutindo a natureza das raízes na Morfologia Distribuída. *Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 78-93, 2021.

MOULTON, Keir. Simple event nominalization: roots and their interpretation. In: PAUL, Ileana (ed.). *Cross-linguistic investigation of nominalization patterns*. Amsterdam: John Benjamins, 2014. p. 119-144.

PANAGIOTIDIS, Phoevos; NÓBREGA, Vitor Augusto. *Why we need roots in Minimalism*. No prelo.

RESENDE, Maurício. Mudança semântica diacrônica no domínio intravocabular: o caso das raízes cranberry do português. In: ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato Miguel (org.). *História semântica do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 120-145.

RESENDE, Maurício. Movendo prefixos: notas sobre prefixação (ou pré-fixação) em português. In: NAMIUTI, Cristiane; GONÇALVES, Elisângela (org.). *Morfologia, Sintaxe e interfaces*. Campinas: Pontes, 2023. p. 12-33.

RESENDE, Maurício; BASSO, Renato Miguel. Semântica de eventos no domínio nominal: diferenças e semelhanças entre nominalizações e nomes que denotam eventos. *DELTA*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 1-22, 2022.

RESENDE, Maurício; BASSO, Renato Miguel. Simple nouns are not that simple: a survey of eventive nominals with no verbal counterpart. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 28, n. 2, p. 1-21, 2024.

RESENDE, Maurício; RECH, Núbia. Uma análise dos adjetivos em “-vel” à luz da Morfologia Distribuída. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 64, p. 1-21, 2020.

RESENDE, Maurício; SILVA, Adelaide. Putz! Por que as interjeições são diferentes? Problemas formais na Morfologia e na Fonologia. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 65, p. 57-81, 2022.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SCALISE, Sergio; GUEVARA, Emiliano. The lexicalist approach to word formation and the notion of the lexicon. In: ŠTEKAER, Pavol; LIEBER, Rochelle (ed.). *Handbook of Word Formation*. Dordrecht: Springer, 2005. v. 64, p. 147-187.

SCHER, Ana Paula. Morfologia Distribuída: formação de palavras na sintaxe. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Novos caminhos da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 37-59.

SCHER, Ana Paula; BASSANI, Indaiá de Santana; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai (org.). *Manual de Morfologia Distribuída*. Aracajú: Editora da ABRALIN, 2023.

SCHER, Ana Paula; BASSANI, Indaiá de Santana; MINUSSI, Rafael Dias. Morfologia em Morfologia Distribuída. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, v. 1, n. 47, p. 9-29, 2013.

SELKRIK, Elisabeth O. *The syntax of words*. Cambridge; London: MIT Press, 1982.

SIDDIQI, Daniel. The morphology-syntax interface. In: CARNIE, Andrew; SATO, Yosuke; SIDDIQI, Daniel (ed.). *The Routledge handbook of Syntax*. New York: Routledge, 2014. p. 345-364.

VALERA, Salvador. Polysemy versus homonymy. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. Oxford, 2020.

ZWARTS, Joost; BASSO, Renato Miguel. Counterdirectionality cross-linguistically: comparing Brazilian Portuguese and Dutch. *Revista da ABRALIN*, Aracajú, v. 15, n. 1, p. 19-44, 2016.

Artigo convidado.

Recebido e aceito em 28 de outubro de 2024.